

Ficha Informativa 2010/11 relativa ao SBA PORTUGAL

Síntese da ficha informativa sobre o SBA em Portugal:

- ✓ *O valor acrescentado do sector das PME recuperou lentamente em Portugal em 2010, mas o volume total de emprego mantém uma tendência decrescente.*
- ✓ *Portugal continua aquém da média da UE num terço das áreas do SBA mas está a progredir rapidamente na maioria delas.*
- ✓ *Em 2010-2011, Portugal tomou medidas em todas as áreas do SBA, excepto na «Segunda oportunidade» e no «Auxílio estatal e contratos públicos».*

O que contém as fichas informativas relativas ao SBA^{1?}

O Small Business Act (SBA) é uma iniciativa política emblemática da UE que visa apoiar as pequenas e médias empresas (PME).

Actualizadas anualmente, as fichas informativas visam aumentar o conhecimento acerca das tendências recentes e das políticas nacionais que afectam as PME.

1. PME em Portugal — números gerais

	Número de empresas			Emprego			Valor acrescentado		
	Portugal	UE27		Portugal	UE27		Portugal	UE27	
	Número	%	%	Número	%	%	Milhares de milhões €	%	%
Micro	963.010	95,4%	92,1%	1.347.831	41,3%	29,8%	18	23,7%	21,6%
Pequena	39.666	3,9%	6,6%	753.350	23,1%	20,4%	17	22,5%	18,9%
Média	5.646	0,6%	1,1%	541.493	16,6%	16,8%	16	20,9%	17,9%
PME	1.008.322	99,9%	99,8%	2.642.673	80,9%	66,9%	52	67,2%	58,4%
Grande	800	0,1%	0,2%	622.113	19,1%	33,1%	25	32,8%	41,6%
Total	1.009.122	100,0%	100,0%	3.264.785	100,0%	100,0%	77	100,0%	100,0%

Estimativas para 2010, baseadas nos números do período 2002-2007 da base de dados de estatísticas estruturais das empresas – revistas (Eurostat). As estimativas foram elaboradas pela Cambridge Econometrics. Os dados abrangem a «economia empresarial» que inclui a indústria, a construção, o comércio e os serviços (secções C a I e K da NACE Rev. 1.1). Os dados não abrangem as empresas que operam nos sectores da agricultura, silvicultura, pescas ou serviços maioritariamente não comerciais, como a educação e saúde. A vantagem da utilização dos dados do Eurostat é que as estatísticas dos diferentes países foram harmonizadas e são comparáveis. A desvantagem é que, para alguns países, estes dados podem ser diferentes dos dados publicados pelas autoridades nacionais.

As microempresas dominam o sector das PME em Portugal de uma forma muito mais significativa que na maioria dos outros Estados-Membros. De facto, 5% do total de microempresas da UE estão localizadas em Portugal, o que representa um valor acima do que seria expectável tendo em conta a dimensão da economia do país. Consequentemente, a PME média em Portugal é mais pequena e emprega uma média de 2,7 pessoas face às 4,3 pessoas que constituem a média da UE. Muito embora os países mais pequenos tenham tendência para ter empresas mais pequenas, em parte devido à menor dimensão do seu mercado nacional, esta situação é particularmente evidente em Portugal.

Contudo, em termos de distribuição sectorial, a estrutura de Portugal é semelhante à do resto da UE. Relativamente ao emprego, as PME portuguesas

parecem estar mais concentradas na indústria transformadora (25% face aos 22% da UE) e menos nos serviços (29% face aos 37%) devido ao elevado nível de especialização do país naquele sector. Tal deve-se, principalmente, ao facto de Portugal acolher muitas empresas de transformação de outros Estados-Membros da UE.

Desde 2002, as PME portuguesas registaram um significativo crescimento e apresentaram um desenvolvimento muito mais dinâmico que as suas homólogas da UE em todos os níveis: número de empresas, emprego e valor acrescentado. Contudo, este desenvolvimento dinâmico até 2010 foi, em grande medida, impulsionado pelas microempresas, enquanto as empresas de outras dimensões — pequenas, médias e

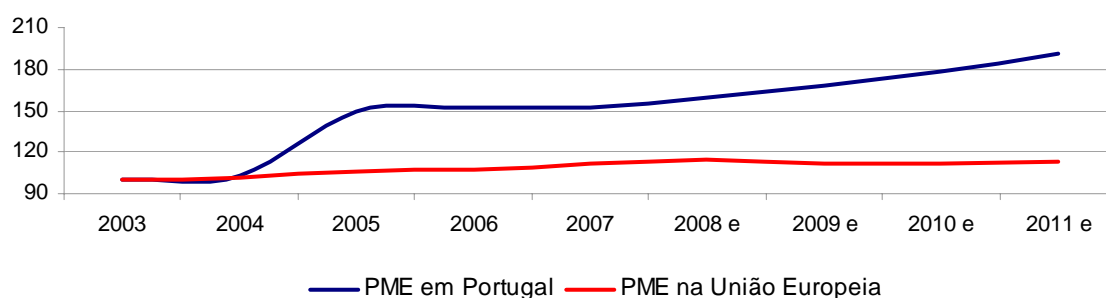
grandes empresas — estiveram mais próximas da média da UE.

As estimativas relativas às perspectivas para 2010-2011 indicam uma lenta recuperação no valor acrescentado em 2010, seguida por uma estagnação em 2011. Ao mesmo

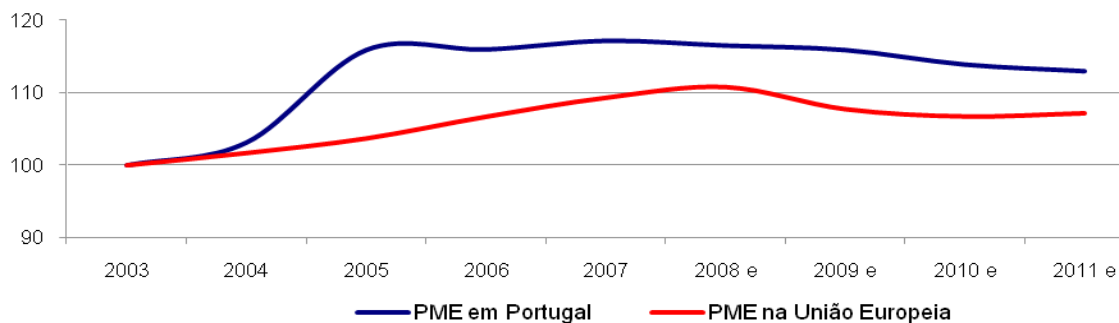
tempo, os números relativos ao emprego continuam a revelar uma tendência decrescente, ainda que lenta.

Tendências das PME em Portugal²

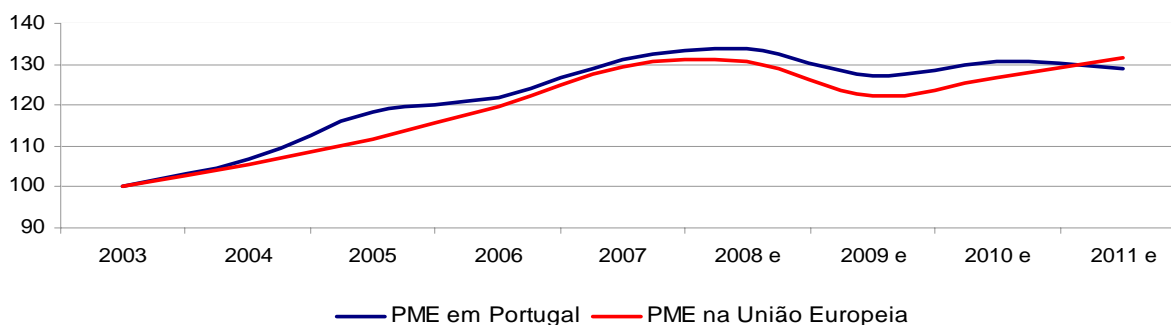
Número de empresas
(Índice: 2003=100, estimativas a partir de 2008)

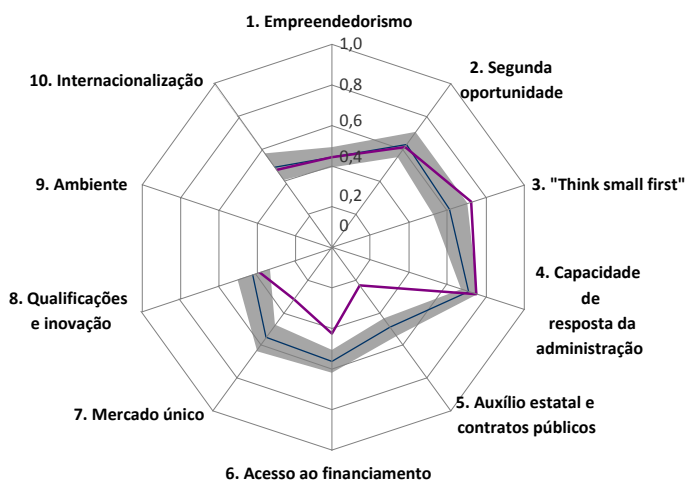


Emprego nas empresas
(Índice: 2003=100, estimativas a partir de 2008)



Valor acrescentado das empresas
(Índice: 2003=100, estimativas a partir de 2008)





O perfil SBA geral de Portugal revela um panorama claro: ainda que exista um substancial desfasamento face à média da UE em diversas áreas cruciais – acesso a financiamento, mercado único e auxílio estatal e contratos públicos – o país está a progredir rapidamente em quase todas as áreas da SBA. A situação em Portugal revela uma imagem mista: no princípio «Think small first» está à frente da média da UE. Ao nível do «Empreendedorismo» «Segunda oportunidade», «Capacidade de resposta da administração pública», «Qualificações e inovação» está ao nível da UE, enquanto em termos de «Auxílio estatal e contratos públicos», «Acesso a financiamento» e

2. Perfil SBA de Portugal em 2011

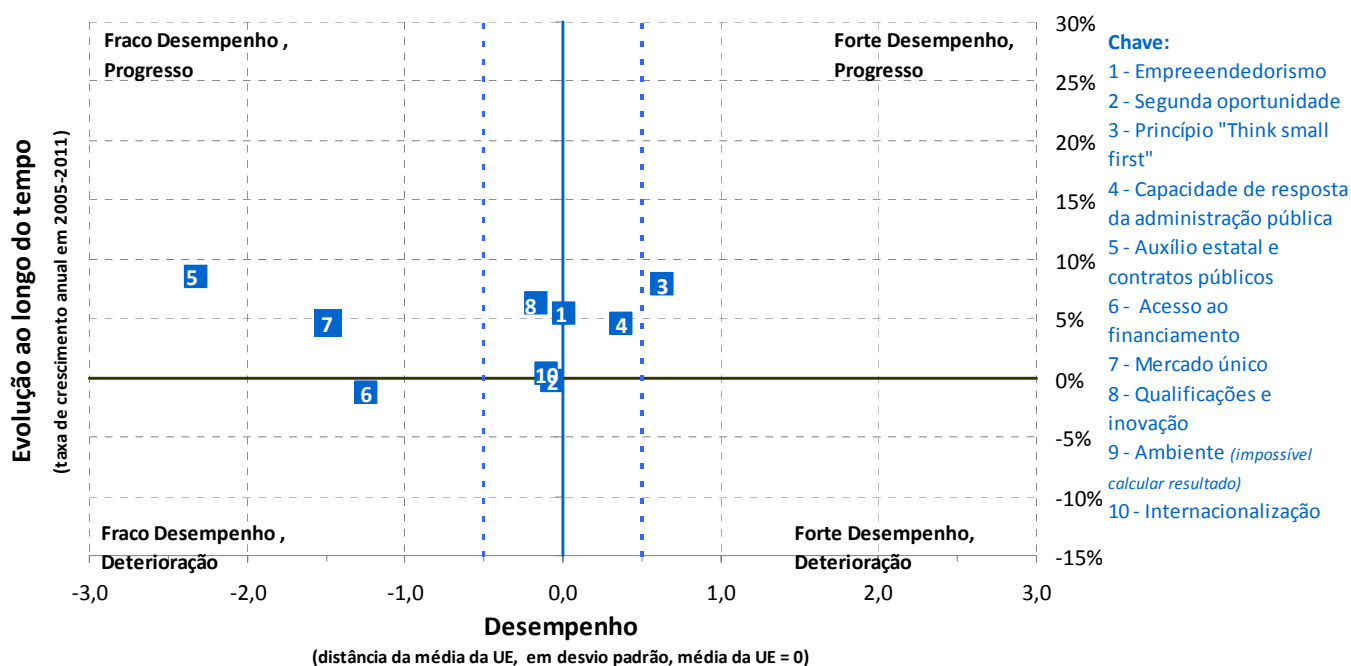
O desempenho de Portugal face à média da UE por área do SBA³

«Mercado único» fica longe da média da UE por uma margem relativamente elevada (este ano não foi possível ilustrar graficamente o princípio do SBA relativo ao ambiente para nenhum Estado-Membro devido à falta de dados).

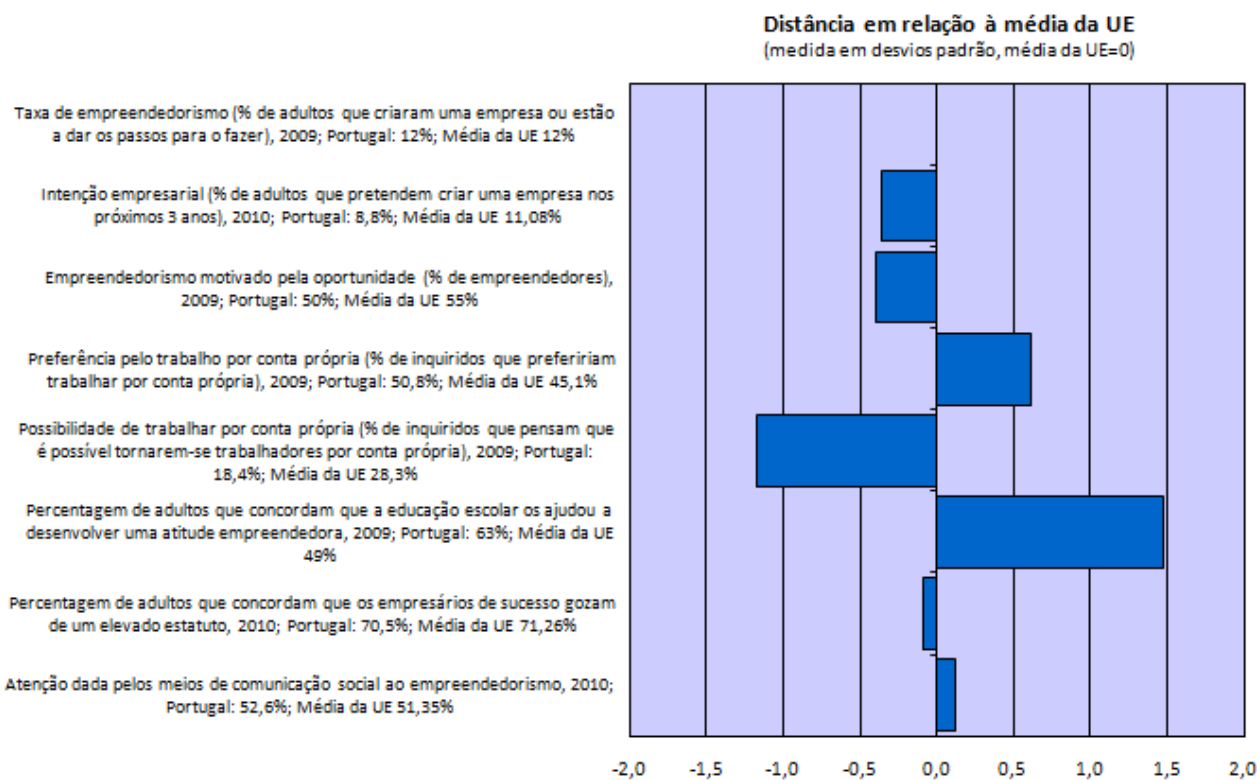
No entanto, como ilustrado no gráfico, a evolução é animadora. Tendo em conta as taxas médias de crescimento anual para o período 2005-2011, Portugal apresenta um crescimento perto ou acima dos 5% em seis áreas. Em duas das três áreas — Auxílio estatal e contratos públicos, Mercado único —, áreas nas quais o país ainda está aquém do resto da UE, os indicadores registaram uma subida mínima de 5%. No entanto, a área «Acesso ao financiamento» continua a ser um desafio, visto que parece ter estagnado num nível relativamente baixo. O desempenho mais positivo foi registado no princípio «Think small first», no qual o país já está à frente da média da UE e as taxas de crescimento continuam a aumentar.

Em termos políticos, em 2010-2011 Portugal tomou medidas⁴ em todas as áreas SBA, exceptuando «Segunda oportunidade» e «Auxílio estatal e contratos públicos».

Desempenho SBA de Portugal: Status quo e evolução entre 2005-2011⁵



I. Empreendedorismo



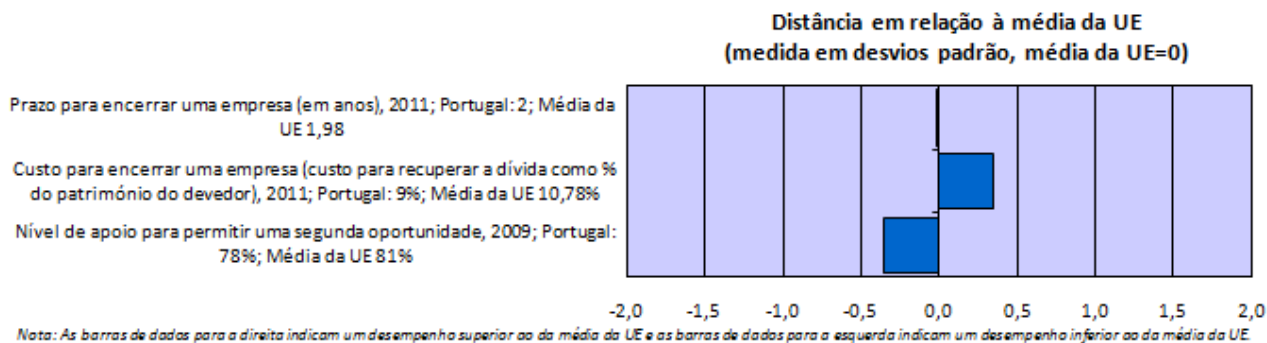
Nota: As barras de dados para a direita indicam um desempenho superior à média da UE e as barras de dados para a esquerda indicam um desempenho inferior ao da média da UE.

Nesta área, Portugal apresenta um desempenho de acordo com a média da UE. Os dois indicadores que medem directamente o desempenho empresarial — a taxa de empreendedorismo (global) e a taxa de empreendedores por razões de oportunidade — também estão em sintonia com a média da UE. O mesmo se aplica à maioria dos outros indicadores que descrevem o ambiente social no qual os empresários actuam. Contudo, existem algumas excepções notáveis que apontam para uma questão interessante. Portugal está em primeiro lugar em relação ao número de pessoas que pensam que a educação escolar ajuda a desenvolver um espírito empreendedor — quase dois terços dos inquiridos (63%) face a menos de metade (49%) para a média da UE.

Além disso, suplanta a média da UE no número de pessoas que expressaram a vontade de se tornarem empresárias. Contudo, apresenta o segundo valor mais baixo no número de pessoas que consideravam que era viável tornarem-se empresários (apenas 18% quando comparado com os 28% da UE).

No plano político, a 14 de Janeiro de 2010, o Governo lançou a *Iniciativa Emprego 2010*. Esta iniciativa é composta por 17 medidas, uma das quais visa reforçar uma linha de crédito subsidiado já existente para os desempregados que pretendem criar a sua própria empresa. Esta medida poderá ter um impacto na constituição de novas empresas.

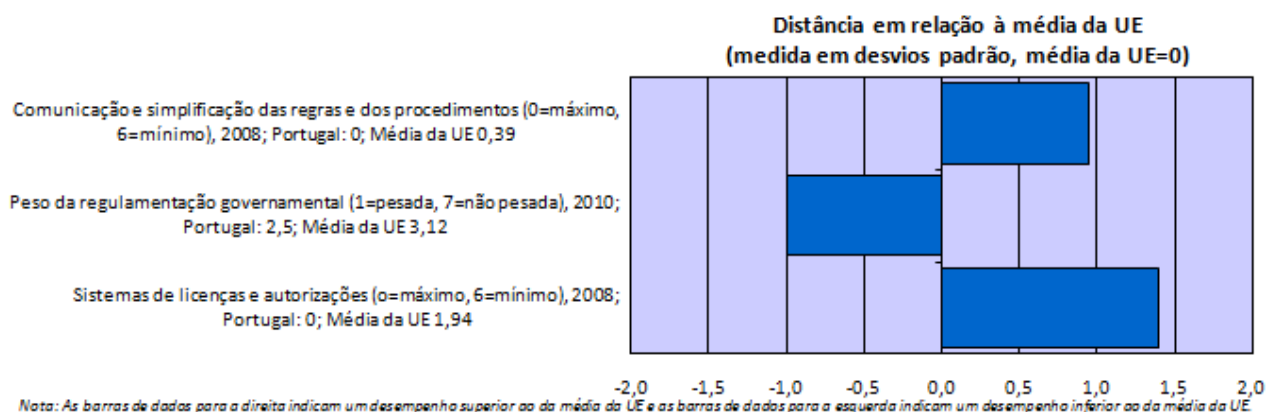
II. Segunda oportunidade



A média desta área SBA está em sintonia com a média da UE, assim como os indicadores individuais.

No **panorama político**, não foram tomadas medidas significativas em 2010 nem no primeiro semestre de 2011.

III. Princípio «Think small first»

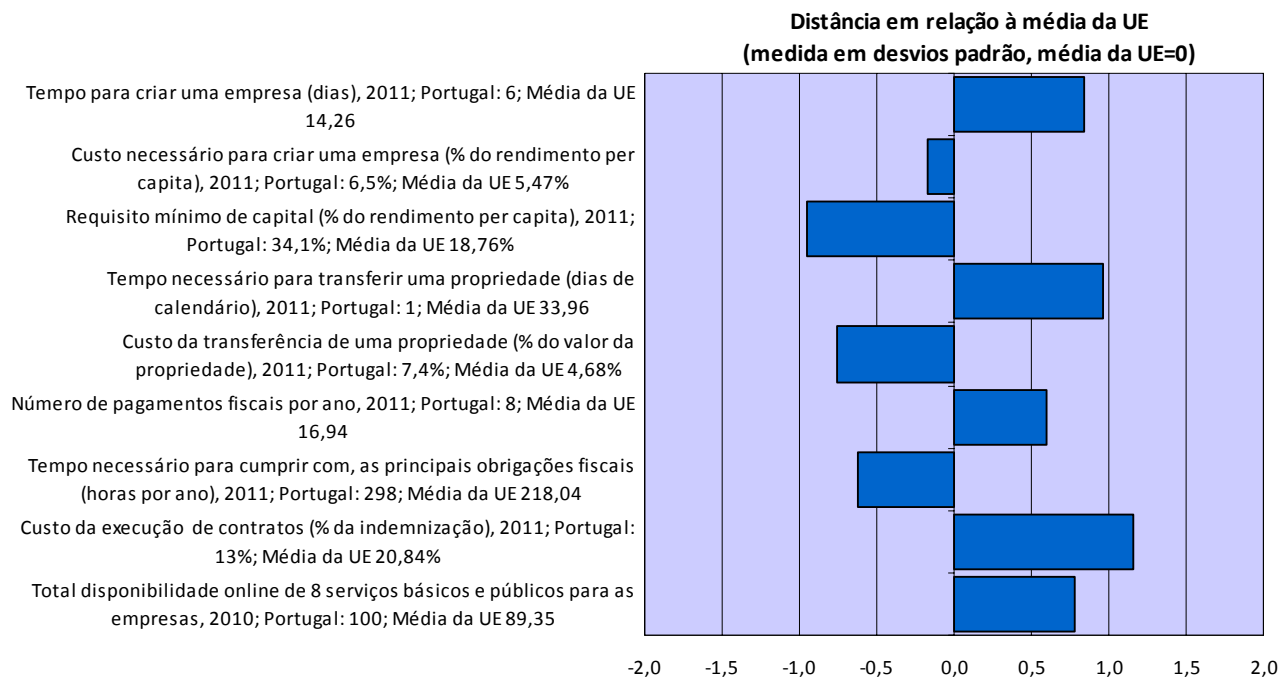


A situação geral em termos do princípio «Think small first» está de acordo com a média da UE mas, tal como em muitos outros Estados-Membros, os indicadores individuais mostram-se inconclusivos. Relativamente ao peso da regulamentação governamental, de acordo com a opinião dos empresários inquiridos, Portugal está abaixo da média da UE. Ao nível dos indicadores que medem a opacidade regulamentar e administrativa, tais como os sistemas de licenças e autorizações, comunicação e simplificação das regras e procedimentos, que se baseiam na auto-avaliação do país realizada em 2008, Portugal está claramente acima da média da UE. Segundo o Governo, existe um balcão único para divulgar

informações e emitir licenças e autorizações, e o deferimento tácito é a regra geral na interação entre as empresas e a administração pública.

No que respeita a **medidas políticas recentes**, a 30 de Dezembro de 2010, o Governo criou as Medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios. Anteriormente a esta medida, para se criar uma nova empresa privada, os sócios tinham de investir um montante mínimo de 5 000 euros para financiar o capital social da nova empresa. Agora, este requisito já não existe. A medida visa reduzir os obstáculos à criação de novas empresas.

IV. Capacidade de resposta da administração pública



Nota: As barras de dados para a direita indicam um desempenho superior ao da média da UE e as barras de dados para a esquerda indicam um desempenho inferior ao da média da UE

Esta é mais uma área na qual Portugal está bem dentro da média da UE.

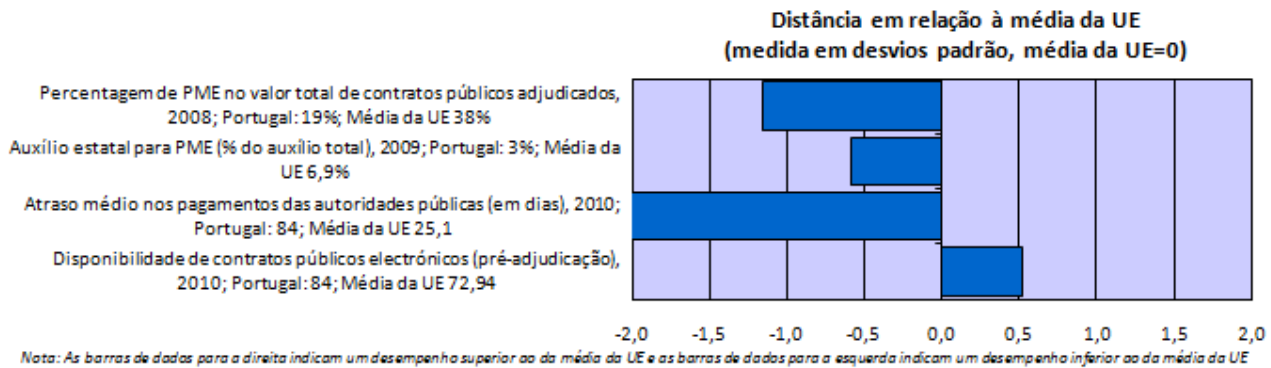
No entanto, este resultado geral encobre fortes variações no desempenho dos indicadores individuais. A quase totalidade dos indicadores está bastante acima ou bastante abaixo da média da UE. Nos casos em que Portugal suplanta a média europeia, apresenta números bastante elevados e, em dois casos, é mesmo líder na UE-27 (em Portugal, é necessário apenas um dia para se processar a transferência de uma propriedade face aos quase 34 dias da média da UE, e os 8 serviços públicos básicos estão totalmente disponíveis *online*). Contudo, parece existir um padrão: os serviços administrativos são prestados de uma forma relativamente rápida ou estão concebidos de um modo que favorece as empresas, mas, ao mesmo tempo, são comparativamente dispendiosos. Isto aplica-se à criação de uma empresa⁶ e à transmissão das empresas, enquanto ao nível dos impostos, os resultados são mais ambíguos. Os resultados sugerem que muito embora Portugal ofereça condições muito

favoráveis às PME em alguns aspectos, isso ainda não se aplica a todo o conjunto de regulamentos administrativos.

A nível político, no âmbito da Agenda Digital 2015, o Governo anunciou a medida *Licenciamento Zero*, que visa eliminar o peso das licenças e autorizações para as empresas através de um processo de registo electrónico integrado. Paralelamente, em Abril de 2011, foi aprovado um novo regime de licenciamento de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, comércio de bens e de determinados serviços, cujo objectivo é reduzir os encargos administrativos para as empresas.

Em 2011, foi criado o *Balcão do Empreendedor*, desenvolvido e gerido pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P, que funciona como um balcão único digital, ou seja, um balcão onde é possível realizar todos os passos para criar uma nova empresa. Numa primeira fase, abrangerá apenas alguns municípios e os estabelecimentos e actividades de restauração e bebidas.

V. Auxílio estatal e contratos públicos

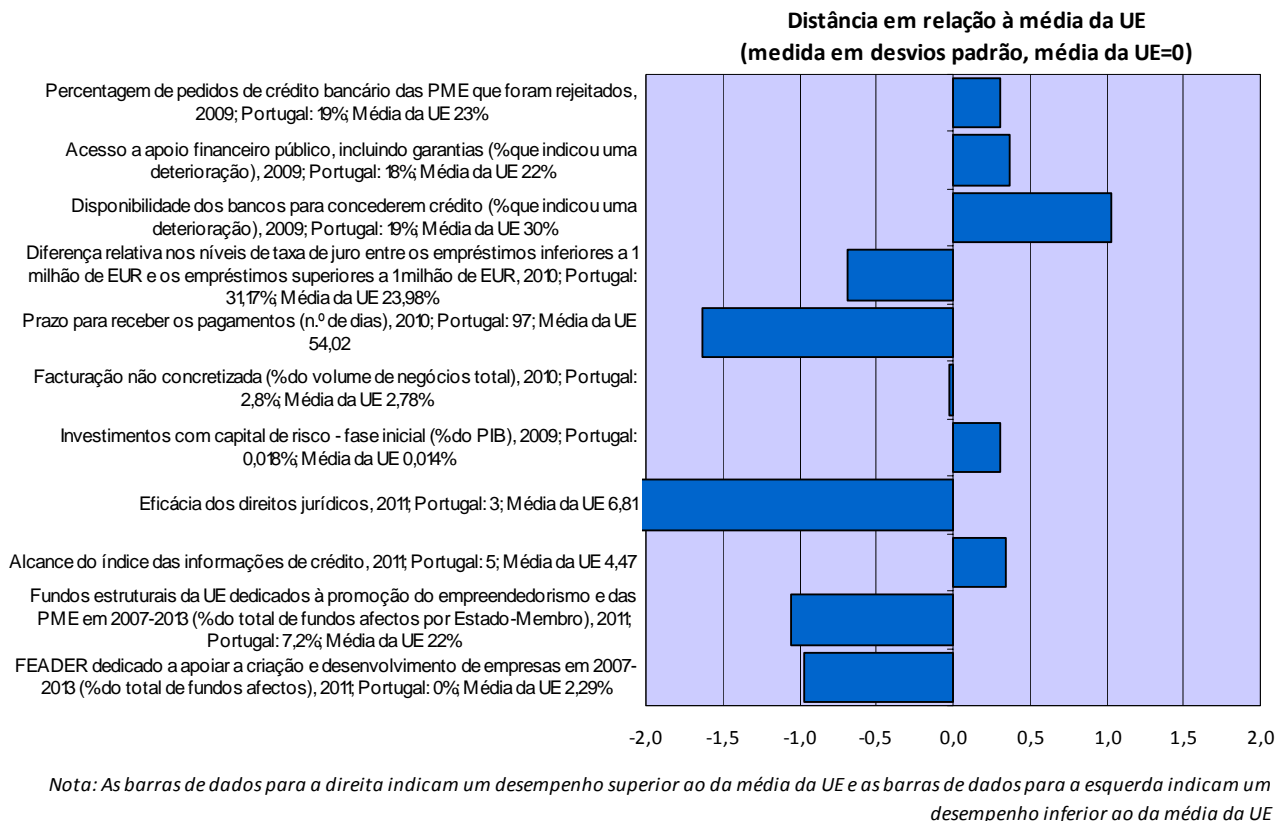


Esta é a área na qual Portugal apresenta um maior défice face à média da UE. Salvo o indicador referente à disponibilidade de serviços administrativos em linha, no qual Portugal apresenta valores superiores à média europeia, em todos os outros indicadores Portugal fica aquém da média europeia. A situação é preocupante ao nível do prazo médio de pagamento: Portugal é o

segundo país com o pior registo na UE. As autoridades públicas demoram mais do triplo do tempo a pagar a uma empresa em Portugal que no resto da UE (84 dias e 25 dias respectivamente).

No panorama político, não foram tomadas medidas relevantes em 2010 nem no primeiro trimestre de 2011.

VI. Acesso ao financiamento



Em termos de acesso ao financiamento, Portugal está abaixo da média da UE. Contudo, no que respeita aos indicadores individuais, a situação é algo mista. Os indicadores que avaliam o acesso ao crédito — percentagem de pedidos efectuados pelas PME junto de bancos que foram rejeitados, a disponibilidade dos bancos para conceder crédito e o acesso ao apoio financeiro público, incluindo garantias — todos apontam para uma situação favorável, igual ou superior à média da UE. O indicador que avalia a disponibilidade dos bancos para conceder crédito destaca-se. Em Portugal, apenas 19% das empresas inquiridas afirmaram que a disponibilidade é menor, face aos 30% da UE. Como tal, estes indicadores sugerem que não é especialmente difícil para uma PME obter crédito. No entanto, o indicador que mede o diferencial da taxa de juro entre os pequenos e os grandes empréstimos sugere que é mais dispendioso obter crédito: em Portugal, os empréstimos inferiores a 1 milhão de euros são cobrados com uma majoração de 36% sobre a taxa para empréstimos superiores a 1 milhão de euros (na UE, este valor é de 24%). O acesso ao capital de risco parece estar em sintonia com a média da UE, mas os indicadores que avaliam a situação do capital circulante apontam para um quadro mais complexo. Em especial, no que respeita aos prazos de pagamento, as empresas portuguesas deparam-se com condições bastante mais difíceis que as suas homólogas europeias. Sendo este prazo de 97 dias, as empresas portuguesas têm de esperar mais seis semanas para receberem os pagamentos que a média da UE (54 dias). Por fim, a situação dos indicadores relacionados com as questões sob o controlo directo do Governo também não é muito favorável. Exceptuando o indicador relativo ao acesso a apoio financeiro público, e aquele que mede o

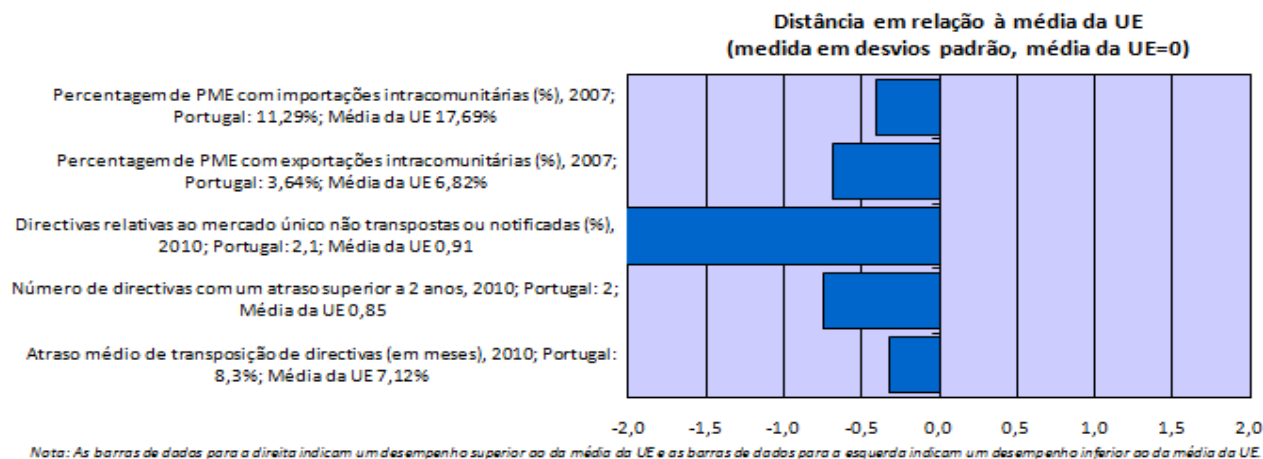
alcance das informações de crédito ao dispor dos potenciais credores, todos os outros indicadores estão aquém da média da UE. Aqui inclui-se a «eficácia iência dos direitos jurídicos» dos potenciais credores e a percentagem de recursos financeiros afectos à promoção de empresas a nível nacional no âmbito dos fundos regionais e estruturais.

Em termos políticos, em Agosto de 2010, o IAPMEI, o Instituto do Turismo de Portugal e a AICEP criaram o *QREN Investe*, uma linha de crédito que visa facilitar o acesso a empréstimos para projectos de investimento apoiados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). A medida destina-se a empresas que apresentem projectos de investimento ao abrigo do QREN. Espera-se que as PME sejam as principais beneficiárias.

Um outro programa, o PME INVESTE, destina-se a conceder financiamento às PME. Desde o segundo semestre de 2008, foram criadas sete linhas de crédito, três das quais em 2010 (PME INVESTE V, PME INVESTE VI e PME INVESTE VI - Aditamento). O programa PME INVESTE concedeu um total de 7 697 milhões de euros de crédito para 85 000 operações envolvendo cerca de 55 000 empresas (correspondendo a um total de 736 000 postos de trabalho).

A referir, por fim, que o Decreto-lei n.º 12/2010, publicado a 19 de Fevereiro de 2010, introduziu no ordenamento jurídico português a possibilidade de se constituir sociedades financeiras de microcrédito. O objectivo é disponibilizar capital para as pequenas (micro) empresas, em especial as novas empresas criadas por pessoas desempregadas. As actividades destas sociedades serão reguladas pelo Ministério das Finanças juntamente com o Banco de Portugal.

VII. Mercado único

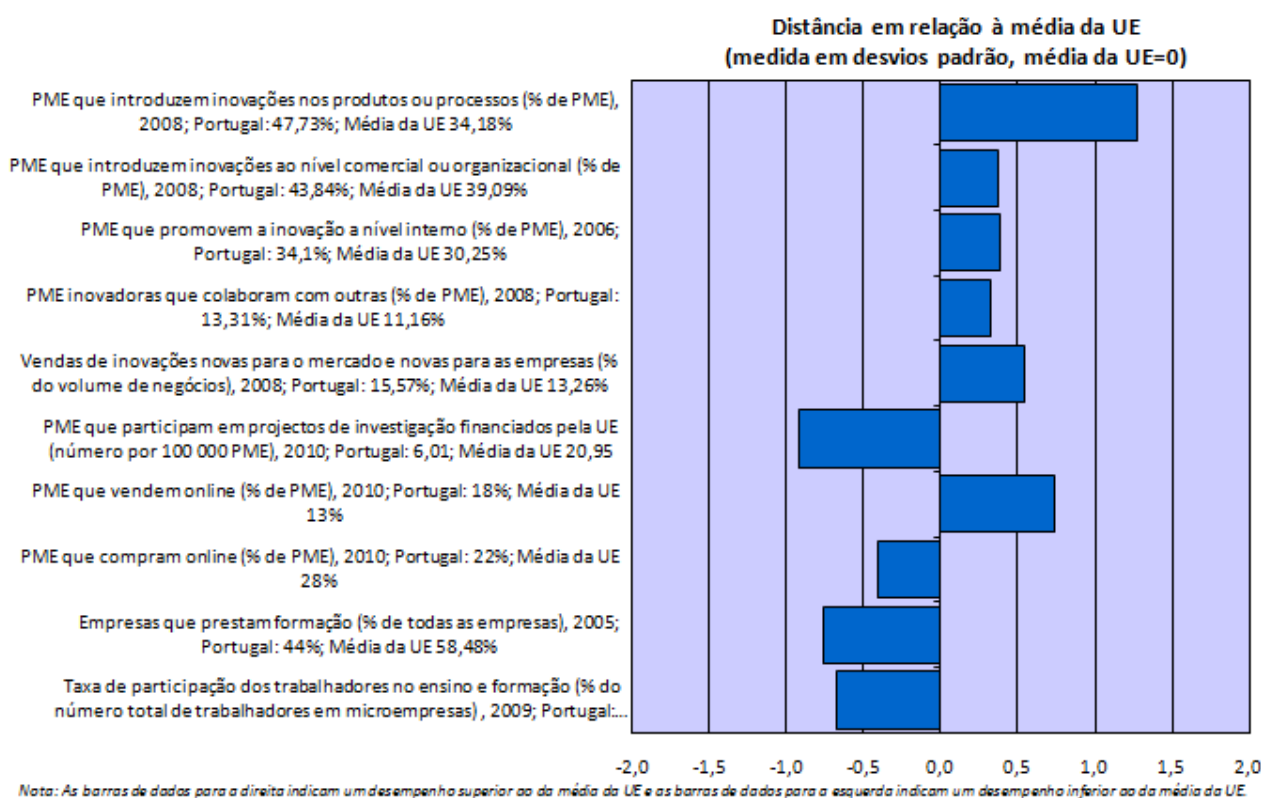


O desempenho geral de Portugal nesta dimensão está abaixo da média da UE. Os indicadores que analisam as medidas tomadas pelo Governo para implementar a regulamentação relativa ao mercado único mostram falhas graves ao nível da transposição das directivas relativas ao mercado único para a ordem jurídica nacional, juntamente com um número de directivas em atraso há mais de dois anos e atrasos na transposição superiores à média. Os indicadores que medem o desempenho comercial das PME no mercado interno indicam que 3,6% das PME portuguesas exporta para o mercado europeu, ou seja, ligeiramente metade da média da UE, que se

cifra nos 6,8%. Apesar da diferença para as importações ser — em termos relativos — um pouco mais pequena (11,3% e 17,7%, respectivamente), esta indica que o potencial para explorar ao máximo as oportunidades do mercado único não tem sido totalmente aproveitado.

A nível político, a implementação em Portugal da Directiva «Serviços» melhorou o acesso e as operações das actividades de serviços, em especial pelas PME, dado que a maioria dos serviços de autorização foi simplificada, reduzida a simples comunicações e, em alguns casos, completamente eliminada.

VIII. Qualificações e inovação



O resultado geral nesta área está em sintonia com a média da UE. Contudo, existe uma significativa diferença entre os indicadores relativos à «inovação» e às «qualificações». Os indicadores sobre a inovação, incluindo os indicadores fundamentais que monitorizam directamente o desempenho de uma empresa em matéria de inovação (como PME que introduzem novos produtos e processos, PME que introduzem inovações ao nível do organizacional e comercial, PME que promovem a inovação a nível interno e a percentagem média de produtos novos para o mercado e novos para as

empresas em relação ao volume de negócios) estão todos de acordo com a média da UE ou até mesmo acima desta. No que respeita à «Percentagem de PME que introduzem inovações nos produtos ou processos», Portugal suplanta a média europeia em quase 13%, com uns extraordinários 47% das PME portuguesas a introduzirem inovações ao nível dos produtos ou processos. O único indicador com um sinal negativo é a taxa de participação das empresas portuguesas em programas de investigação financiados pela UE, no qual apresenta um dos valores mais baixos (6% face a quase

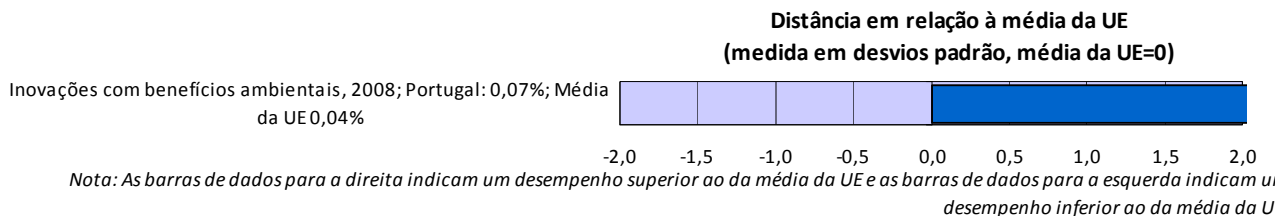
21%). Tal pode ficar a dever-se a uma série de factores, tais como programas concorrentes a nível nacional e, como tal, é apenas uma medida indirecta das actividades inovadoras das PME. No que concerne as vendas e compras online, Portugal está bem dentro da média da UE, sendo que até apresenta um valor superior ao nível das vendas. O panorama das qualificações contrasta com o da inovação. Ambos os indicadores que medem a formação dada pelas PME apresentam resultados abaixo da média. O facto de, em Portugal, 44% das empresas fornecerem formação aos seus trabalhadores, face aos 58 % da média da UE (e aos 90 % do Reino Unido, o Estado-Membro com a melhor classificação) sugere inequivocamente que há que realizar progressos nesta área.

Em termos políticos, a 14 de Novembro de 2010, foi criada a Plataforma FINICIA Lx INOV entre o FINICIA (IAPMEI), o município de Lisboa, a Lispolis (Associação para o Pólo Tecnológico de Lisboa), dois bancos e

proeminentes universidades da área de Lisboa. A medida visa facilitar o acesso ao financiamento para *spin-offs* académicos e outros projectos inovadores. A 29 de Março de 2010, foi lançada a Iniciativa para a Formação de Gestores das PME, que se destina a melhorar a capacidade de gestão das PME. O objectivo passa por aumentar a capacidade de modernização e inovação das empresas, bem como a sua competitividade. A principal ferramenta desta iniciativa é a formação dada aos próprios proprietários/gestores das micro, pequenas e médias empresas.

Além disso, em Março de 2010, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que estabeleceu a *Taxa Zero para a Inovação*, que visa reduzir os custos e os encargos administrativos para as PME inovadoras ou empresas de jovens empreendedores que investem em I&D, ao abrigo do programa Simplex e da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego.

IX. Ambiente

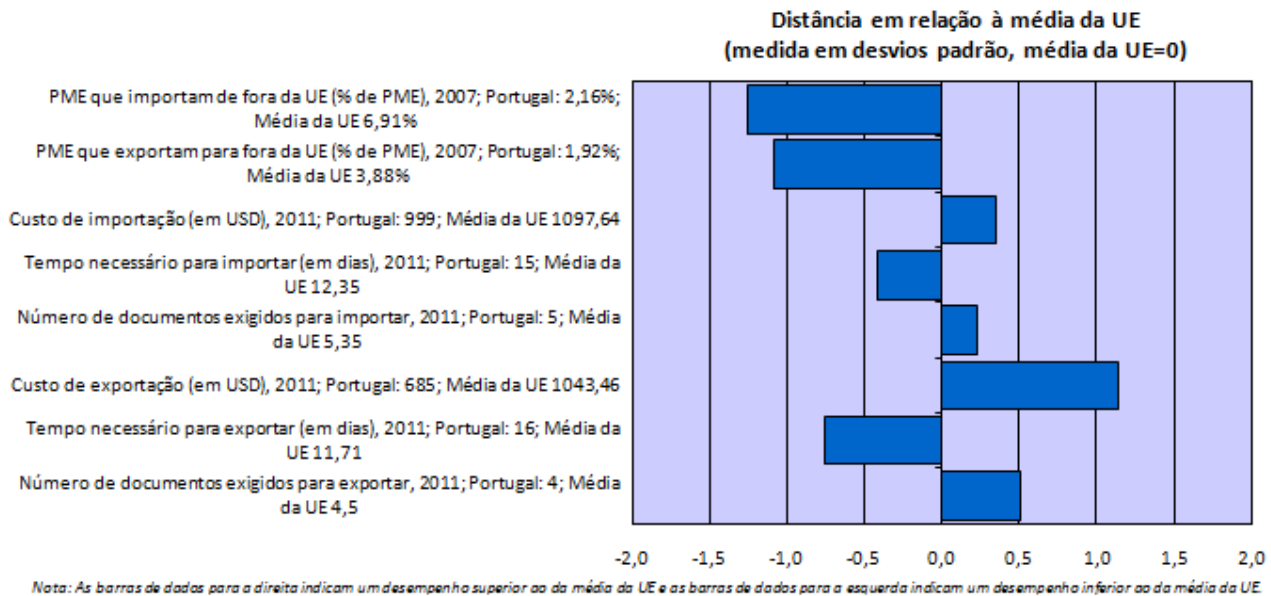


Só está disponível um indicador que monitoriza o desempenho dos aspectos ambientais, ou seja, a percentagem de pequenas e médias empresas que produzem inovações com benefícios ambientais para a empresa e/ou utilizador final. Por conseguinte, é insuficiente para extrair conclusões gerais.

A *Estratégia Nacional para a Energia 2020* (ENE 2020) foi aprovada pela Resolução n.º 29/2010 do Conselho de Ministros, a 15 de Abril de 2010. A ENE 2020 adopta uma

nova abordagem às energias renováveis, em especial para diversificar as fontes renováveis e endógenas, com base em tecnologias já suficientemente desenvolvidas para contribuir imediatamente para a geração de electricidade, mas também na investigação e no desenvolvimento tecnológico. Os efeitos da ENE 2020 sentir-se-ão em toda a economia, ao influenciarem os padrões de consumo energético das PME e ao gerarem novas oportunidades de negócio.

X. Internacionalização



O desempenho geral nesta área está em linha com a média da UE, mas reflecte intimamente as lacunas existentes na área do «Mercado Único». As PME portuguesas comercializam menos no mercado da UE quando comparadas com as suas homólogas europeias, assim como têm menos trocas comerciais com os parceiros fora da UE. A percentagem de PME que importam de fora da UE é três vezes inferior à média da UE (2,2% face a 6,9%). Os indicadores que descrevem o ambiente comercial e administrativo indicam que os custos de exportação e importação são inferiores à média da UE, facto que é especialmente evidente nos custos de exportação (684 dólares americanos em Portugal face aos 1043 dólares americanos da média da UE). No entanto, esta vantagem ao nível dos custos é condicionada pelos períodos de tempo mais alargados necessários para a comercialização. Por exemplo, as PME portuguesas necessitam de aproximadamente mais 30% de tempo para os transportes marítimos (16 face a 11,7 dias). Uma vez mais, o facto de Portugal ter um resultado bastante bom, ou seja, a um nível semelhante ou superior à média, nos indicadores que medem o número de documentos comerciais exigidos, pode sugerir que, para além dos aspectos burocráticos, poderão existir outras razões para este período de tempo mais alargado (como, por exemplo, a localização geográfica dos parceiros comerciais).

A nível político, em 2010, foi revisto o Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME. O principal objectivo desta medida é a adopção de alterações temporárias para permitir que as PME se

adaptarem melhor às novas condições do mercado resultantes da crise. Em especial, a medida visa facilitar as condições de acesso ao Sistema e a execução de projectos ao abrigo do mesmo.

Executado pela AICEP e o IEFP, o programa INOV Export apoia o emprego e a formação de jovens licenciados especialistas em comércio internacional nas PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras. O objectivo geral é melhorar a capacidade exportadora das PME portuguesas.

Por fim, foram criadas as *Lojas de Exportação*, que são um balcão de informações para as pequenas e médias empresas localizadas no interior do país, ao qual estas podem recorrer directamente para obter informações sobre ferramentas e abordagens para iniciar um processo de internacionalização, com vista a aumentar a base exportadora de Portugal.

3. Boas práticas

Para demonstrar aquilo que o Governo realmente faz para apoiar as PME, incluímos um exemplo de boas práticas.

Lojas de Exportação

Estas lojas são um balcão de informações para as pequenas e médias empresas localizadas em Portugal, ao qual estas podem recorrer directamente para obter informações sobre ferramentas e abordagens para iniciar um processo de internacionalização, com vista a aumentar a base exportadora do país.

Em parceria com o IAPMEI (*Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação*), asseguram o destacamento de pessoal qualificado com experiência em processos de internacionalização e que já está familiarizado com as actividades da AICEP e com os produtos e serviços disponíveis nos mercados externos, agindo como uma verdadeira operação de retalho para promover os produtos e serviços da Agência e os dos outros actores económicos nacionais e internacionais que prestam apoio à internacionalização, em especial: bancos, seguradoras de crédito à exportação e empresas de logística. As 14 lojas de exportação funcionam em instalações do IAPMEI nas 14 capitais de distrito em Portugal continental, criando espaços que fornecem uma resposta de proximidade e directa às necessidades das PME. Centram-se em dois aspectos essenciais: primeiro, na área de especialização do IAPMEI, ou seja, o desenvolvimento da capacidade empresarial no mercado nacional, e, em segundo, na área de actuação da AICEP, o desenvolvimento da capacidade de penetrar nos mercados externos utilizando os produtos e serviços da AICEP e de outros actores activos no mercado internacional.

Para que uma medida seja rotulada de «boa prática», tem de passar a prova de fogo da experiência, apresentar os resultados esperados e motivar uma elevada taxa de participação dos destinatários. Uma outra iniciativa que cumpre estes critérios é o Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial (NITEC)⁷, relativo à criação de equipas de I&D nas PME. Estabelecido em 2003, o NITEC visa apoiar a criação de equipas de I&D estáveis nas empresas. Em 2010, realizaram-se progressos significativos para reforçar as capacidades internas das empresas em termos de I&D e para estimular os esforços das empresas no sentido de desenvolverem e implementarem novos produtos ou processos e absorverem e melhorarem as tecnologias externas.

O programa NITEC foi concebido para responder ao fraco desempenho ao nível da I&D das empresas portuguesas. A lógica subjacente era que, ao apoiar a criação de uma pequena equipa com pessoas dedicadas às actividades de I&D, as empresas compreenderiam as vantagens decorrentes do aumento das suas capacidades em I&D a nível interno, possuindo simultaneamente uma sólida base interna para encetar projectos de colaboração de I&D externos com outras empresas ou institutos de investigação.

As candidaturas ao NITEC foram seleccionadas com base numa avaliação dos planos de negócio apresentados pelos candidatos, tendo em conta o seguinte: (1) impacto das actividades da equipa de I&D na produtividade e competitividade da empresa; e (2) impacto nas capacidades ao nível técnico e de gestão. Os promotores devem comprometer-se a manter a equipa de I&D por um período mínimo de cinco anos, possuir níveis mínimos de capacidades técnicas e de gestão, assim como sistemas de controlo para realizar a avaliação e monitorização dos projectos desenvolvidos pela equipa de I&D. Para efeitos de apoio financeiro, a equipa de I&D tem de ser constituída por um máximo de três pessoas. O apoio fornecido abrangia os seguintes aspectos: custos de mão-de-obra (incluindo as despesas gerais), computadores, software e acesso a bases de dados técnicas e contratos de transferências de tecnologia. As empresas têm utilizado o NITEC para executar projectos de desenvolvimento de produtos específicos, absorver tecnologias externas e melhorar os processos internos.

O sucesso do NITEC e a necessidade de o desenvolver conduziu à revisão do sistema no contexto do programa operacional «Compete», integrante do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. O anterior programa NITEC deu origem, em 2007, a duas medidas: o CITEC, que se destina às empresas que obtêm com regularidade bons resultados ao nível da I&D; e o NITEC II, que visa ajudar as empresas que não investiam em I&D, ou só o fazem ocasionalmente, a desenvolverem actividades de I&D, criando uma estrutura organizacional para esse fim.

Tanto o NITEC como o NITEC II são geridos pela Agência de Inovação, que tem vindo a desempenhar um importante papel, promovendo o programa e convencendo as empresas dos benefícios decorrentes da criação de equipas de I&D.

Acerca das Fichas Informativa relativas ao SBA

As fichas informativas relativas ao Small Business Act (SBA) são elaboradas pela DG ENTR como parte da Análise do Desempenho das PME (ADP), que é o principal veículo para fornecer uma análise económica dos temas relacionados com as PME. Conjugam as estatísticas e as informações políticas mais recentes para os 27 Estados-Membros e 10 países terceiros que também contribuem para o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI) da UE. Elaboradas anualmente, ajudam a organizar as informações disponíveis para facilitar a avaliação das políticas para as PME e monitorizar a execução do SBA. Documentam o *status quo* e os progressos. Não constituem uma avaliação das políticas dos Estados-Membros, devendo antes ser vistas como uma fonte de informação adicional concebida para melhorar as decisões políticas baseadas em factos. Por exemplo, as fichas informativas fazem apenas alusão às medidas políticas consideradas relevantes pelos especialistas locais em políticas para as PME. Não reflectem, nem podem reflectir, todas as medidas tomadas por um Governo durante um determinado período de referência. Estão disponíveis mais informações sobre as políticas numa base de dados acessível a partir do sítio Internet da ADP. Consultar o verso com as notas finais.

Para mais informações

Análise do Desempenho das PME:

http://ec.europa.UE/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/index_en.htm

Small Business Act:

http://ec.europa.UE/enterprise/policies/sme/small-business-act/index_en.htm

Portal europeu das pequenas empresas:

http://ec.europa.UE/small-business/index_pt.htm

Entr-SPR@ec.europa.UE

Tel.: 0032 (0)2 29 92 639

¹ O Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, em Ispra, Itália, deu um contributo significativo para as fichas informativas relativas ao SBA 2010-2011. O Centro Comum de Investigação introduziu substanciais melhorias na abordagem metodológica, trabalho estatístico do conjunto de dados e apresentação visual dos dados.

² Os três gráficos abaixo descrevem a tendência ao longo do tempo para as variáveis. São valores-índice para os anos desde 2003 (o ano de referência para o qual se definiu o valor de «100»). A partir de 2008, os gráficos apresentam estimativas de evolução ao longo do tempo, com base nos números de 2003-2007 da base de dados das estatísticas estruturais das empresas (Eurostat). As estimativas foram elaboradas pela Cambridge Econometrics. Os dados abrangem a «economia empresarial» que inclui a indústria, a construção, o comércio e os serviços (secções C a I e K da NACE Rev. 1.1). Os dados não abrangem as empresas que operam nos sectores da agricultura, silvicultura, pescas ou serviços maioritariamente não comerciais, como a educação e saúde. A metodologia pormenorizada está disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/index_en.htm.

³ O gráfico radar SBA ilustra para as diferentes áreas do SBA a posição relativa de um país face à média da UE. Os valores individuais representam médias em todos os indicadores disponíveis para esta área. A escala é de «0» (mínimo ou «pior entre os 27 Estados-Membros») a «1» (máximo ou «melhor entre os 27 Estados-Membros»). A média da UE situa-se entre estes dois extremos e é apresentada a cinzento no gráfico. Falta a média para o princípio 9 («Ambiente») para todos os países devido à ausência de dados.

⁴ As medidas políticas apresentadas na presente Ficha Informativa relativa ao SBA são apenas uma selecção das medidas adoptadas pelo Governo em 2010 e nos três primeiros meses de 2011. A selecção foi efectuada pelo especialista nacional em políticas para SME contratado pela Ecorys (o principal adjudicatário da DG ENTR para as Fichas Informativas 2010-2011). Foi pedido aos especialistas que seleccionassem apenas as medidas que, na sua opinião, eram as mais importantes, ou seja, aquelas que deveriam ter o maior impacto na área SBA em causa. A série completa de medidas compiladas pelos especialistas no âmbito da elaboração das fichas informativas deste ano será publicada sob a forma de uma base de dados sobre políticas no sítio da Internet da DG ENTR, juntamente com as fichas informativas.

⁵ O gráfico combina dois conjuntos de informações. Primeiro, apresenta o *status quo* do desempenho com base nos dados para os últimos anos disponíveis. Estas informações são representadas ao longo do eixo X medidas em desvios padrão da média aritmética simples e não ponderada dos 27 Estados-Membros da UE. O corredor vertical assinalado a tracejado define a média da UE. Segundo, ilustra a evolução ao longo do tempo, isto é, as taxas médias de crescimento anual para o período 2005-2011. As taxas de crescimento são dos indicadores individuais que constituem as médias das diferentes áreas do SBA. Assim, a localização de uma determinada média de uma área do SBA em qualquer um dos quatro quadrantes fornece, não só informações sobre a situação do país nesta área do SBA face ao resto da UE num determinado período no tempo, como também sobre os progressos realizados no período 2005-2011.

⁶ Estes números baseiam-se nos dados do Banco Mundial. Para ter acesso aos aspectos metodológicos sobre os indicadores de novas empresas, consultar o relatório *Doing Business 2011*, disponível em <http://www.doingbusiness.org/>. Deve referir-se que estes resultados são diferentes dos números obtidos directamente dos Estados-Membros através de um exercício de auto-avaliação, segundo o qual, em 2010, em Portugal demorava-se um dia e custava entre 300 a 360 euros para criar uma empresa. Para mais informações, consultar: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/business-environment/start-up-procedures/index_en.htm.

⁷ Inventário da Erawatch sobre as medidas de apoio à investigação (<http://cordis.europa.eu/erawatch/index.cfm?fuseaction=prog.document&UUID=DC50B7FB-CD68-B1FF-10F545D31A3EB712&hwd=>); Manuel Mira Godinho e Vítor Corado Simões (2009), Análise das combinações de políticas para promover o investimento em I&D e contribuir para a ERA: Portugal. Relatório Nacional da ERAWATCH 2009. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.